

ENGAJAMENTO SUBJETIVO, DISCIPLINA E CONTROLE

Philippe Zarifian

Tradução do francês: Carmem Cacciaccarro

RESUMO

Ao explorar a trilha teórica aberta por Gilles Deleuze, na esteira de Michel Foucault, acerca da passagem das sociedades disciplinares para as sociedades de controle, este artigo busca mostrar que ela pode enriquecer as perspectivas da sociologia do trabalho. Discute-se assim a configuração da dupla face do processo de "engajamento subjetivo" que caracteriza as modalidades e relações de trabalho na empresa moderna, constituindo-se ao mesmo tempo numa forma de controle e dominação do assalariado e numa fonte de possibilidades para sua emancipação.

Palavras-chave: sociologia do trabalho; sociedade disciplinar; sociedade de controle.

SUMMARY

Exploring the theoretical proposition of Gilles Deleuze, after Michel Foucault, on the transition from disciplinary to control societies, this article intends to show that such view can enrich the perspectives of labor sociology. Therefore, it discusses the double configuration of the "subjective engagement" process which characterizes labor modalities and relations in modern companies, as constituting a way of control and domination of wage workers as well as a possible source of their emancipation.

Keywords: sociology of labor; disciplinary society; control society.

No presente artigo inspiro-me num breve texto de Gilles Deleuze em que ele discute, com referência a Michel Foucault, a passagem das sociedades disciplinares para as sociedades de controle¹, a fim de estabelecer a partir daí a confrontação entre relações de dominação e de emancipação no âmbito do trabalho assalariado de hoje, servindo-me do conceito de "engajamento subjetivo" como operador para pensar essa questão.

Das sociedades disciplinares às sociedades de controle

Relembremos a idéia proposta por Deleuze. As sociedades disciplinares emergentes no século XVIII e que se desenvolveram no século XIX, longamente analisadas por Foucault, encontrariam seu apogeu na metade do século XX. Nessas sociedades, o indivíduo está sempre passando de um meio fechado para outro, cada qual com suas leis: primeiro a família, depois a

(1) Deleuze, Gilles. *Pourparlers*. Paris: Minuit, 1997, pp. 240-247 [*Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 1998].

escola, depois a caserna, depois a fábrica, de vez em quando o hospital e eventualmente a prisão, local de confinamento por excelência, que serve de modelo analógico. Sabe-se que Foucault insistiu no fato de que o capitalismo industrial fez largo uso de modelos, dispositivos e saberes já constituídos, dos quais o asilo e a prisão forneceram o referente paradigmático (sem deixar de ressaltar sua concordância com Marx acerca da implantação, durante o século XIX, da disciplina da fábrica e das diferentes modalidades de disciplinarização que lhe são concomitantes: disciplina dos horários, das atribuições na divisão do trabalho, do movimento dos corpos e dos tempos, das coordenações entre operações de trabalho etc.).

As sociedades disciplinares induzem suas próprias modalidades de resistência, mas estas são determinadas por aquilo a que se opõem. Os confinamentos são seus moldes: a fábrica constitui os indivíduos (os trabalhadores) em corpos inseridos num espaço moldado que adere à pele, com a vantagem, para o patronato, de vigiar cada elemento na medida em que esteja inserido no "seu" molde (o preceito taylorista, mas também os dispositivos concretos que confinam o trabalhador no espaço físico das tarefas a realizar em seu posto)². Em contrapartida, o trabalhador, isoladamente ou com o apoio de colegas próximos, pode resistir à pressão da disciplina desenvolvendo diversas estratégias de contrapoder, da mesma maneira que os sindicatos podem mobilizar uma massa de resistência (quanto às condições de trabalho, quanto aos salários), sem que as modalidades gerais de disciplinarização sejam postas em causa. Poder-se-ia dizer que o conceito de "qualificação do emprego" representa a um só tempo uma forma simbólica de codificação do disciplinamento e de resistência negociada a este.

Ora, segundo Deleuze a vida histórica dessas sociedades disciplinares tem curta duração: elas emergem com força no século XIX e logo estão em declínio, de modo que mergulhamos numa crise generalizada de todos os meios de confinamento. Prisão, hospital, fábrica, escola, família, todas as instituições disciplinares vão definhando enquanto tais mais cedo ou mais tarde. Trata-se simplesmente, para ele, de administrar sua agonia. Isso significa também que as modalidades de resistência estão a largo passo em via de se extinguir, justamente por falta daquele referente, ora agonizante, a que pudessem se opor.

São as *sociedades de controle* que batem à porta, aos poucos mas com força. As antigas disciplinas que operam na duração de um sistema fechado dão lugar àquelas dos espaços abertos e sem duração diretamente assinalável, mediante formas de controle ultra-rápidas e flexíveis. Os controles, diz Deleuze, não são mais moldes, mas *modulações*— à maneira, por assim dizer, de um molde autodeformante, que pode mudar continuamente, de um instante para outro, de um lugar para outro. Por exemplo: enquanto a fábrica conhecia um salário básico e benefícios claramente codificados, a empresa moderna se esforça para impor uma modulação contínua de cada salário, que, em estado de perpétua instabilidade, passa por desafios, concursos, bônus por mérito etc. Ou ainda: enquanto na fábrica o trabalhador não cessava de recomençar um mesmo trabalho (com variações em torno do "trabalho real"), na empresa

(2) Foucault fez a escolha explícita de privilegiar a abordagem espacial e a constituição do domínio do visível. Ele não se interessou pela disciplinarização por via da incorporação do tempo.

moderna nunca se arremata coisa alguma: tudo muda, modula-se e remodula permanentemente, tanto o conteúdo do trabalho como as metas ou as aquisições cognitivas do indivíduo. O homem das disciplinas era um produtor descontínuo de energia. Já o homem do controle, ondulatório, sinuoso, é um corpo que orbita sem cessar a trajetória do feixe que o arrebatava — o "surf" substituiu a célula³. A solidez e a maleabilidade do feixe é que atam esse novo assalariado à empresa (e não mais à fábrica) que o emprega.

Gostaria de me inspirar nessas estimulantes intuições contidas no texto de Deleuze para reexaminar as evoluções atuais do "trabalho" sob o duplo ângulo da dominação e da emancipação. Proponho-me ainda a demonstrar que a noção que introduz um elo, um ponto de tensão central, entre essa dominação e essa emancipação é a do *engajamento subjetivo do indivíduo* (e das condições correspondentes). O engajamento se configura ao mesmo tempo como o cerne de um controle por dominação e como uma fonte de possibilidades de emancipação.

O rearranjo das relações de dominação na passagem de uma sociedade disciplinar a uma sociedade de controle

Se inúmeros elementos factuais nos autorizam efetivamente a pensar que os espaços de confinamento estão em crise, ou até mesmo em agonia, passando de reforma em reforma (reforma da escola, reforma da empresa, reforma das prisões etc.) sem jamais conseguir se reconstruir, é preciso porém tomar tal afirmação com alguma prudência. Assim, proponho considerar que não há substituição pura e simples das sociedades disciplinares pelas sociedades de controle, mas antes, numa duração histórica indeterminada, uma precipitação destas últimas sobre as primeiras, com efeitos de tensões, fraturas, rompimentos, mas não de substituição. Trata-se provavelmente de agonia, mas agonia lenta, em particular no seio da relação salarial.

O que primeiro impressiona em toda uma série de ocupações é a persistência de dispositivos disciplinares de tipo taylorista, a saber: disciplinarização das operações de trabalho, controle direto do tempo, controle da presença do assalariado em seu posto no tempo dito "efetivo", controle dos movimentos do corpo. Todavia, a tecnologia informática renova os meios, e não os fins, em todas as ocupações em que o computador é ferramenta de trabalho essencial. A esse respeito vários pontos podem ser observados: há um considerável aperfeiçoamento do controle de cada ato de trabalho e de sua duração, graças à precisão dos relatórios de informações; o próprio assalariado é quem desencadeia a produção das informações de controle, simplesmente porque o computador ou o terminal que utiliza, sendo seu meio de trabalho obrigatório, é estruturado segundo procedimentos de tal forma precisos que ele não pode fazer de outro modo senão desencadear essas operações de controle (que ele nem sempre conhecerá); isso propicia à direção uma significativa economia de pessoal de controle, em particular no

(3) Sobre a imagem do "surf", ver Soultrait, Gibus de. *Pour un concept d'intégrité fondé sur la mobilité*. Paris: Vent de Terre, 2000.

escalão hierárquico direto, portanto uma economia em salários e em fatores de tensão social, malgrado a contrapartida de um investimento no sistema de informação e em sua manipulação; por fim, e sobretudo, a tecnologia informática utilizada oferece uma oportunidade, provavelmente sem equivalente histórico, *de desenvolver um poder disciplinar que recaia, ao mesmo tempo, sobre cada indivíduo e sobre amplos conjuntos de pessoas* (o que Foucault considerava impossível) — por exemplo: pode-se controlar a ocupação do tempo de trabalho de cada assalariado, mas também é possível, valendo-se das mesmas bases de dados, estabelecer estatísticas que permitirão reelaborar as normas-padrão de trabalho para um dado segmento (de atendentes de guichê nos Correios, por exemplo) e calcular os efetivos "necessários" (para cada agência postal) com extrema precisão, até mesmo por frações de indivíduos.

Assiste-se portanto a um notável aperfeiçoamento do controle disciplinar, cujo "molde" é definido e seguido com precisão inédita. É verdade contudo — e as intuições de Deleuze são aqui preciosas — que tal processo não constitui necessariamente uma via de futuro. Além de gozar de uma aceitabilidade social frágil, só pode engendrar progressos de produtividade limitados: "espreme-se a laranja", mas os ganhos em economia e captação do tempo do assalariado são muito tênues. Daí que se deva atentar para a diferença entre a sistemática disponibilidade desses dados de controle disciplinar e o seu uso efetivo.

Surge então, tanto no interior quanto ao lado da sociedade disciplinar, um novo tipo de controle, que proponho chamar de *controle do engajamento* (o equivalente concreto da sociedade de controle). O conceito-chave para pensá-lo é, sem dúvida, o de *modulação*. Esse conceito deleuziano me parece de grande vigor heurístico, e claramente superior ao de flexibilidade. Quando falamos em "modulação", pensamos por certo — em particular após as leis sobre as 35 horas — na modulação ou anualização da jornada de trabalho⁴. Isso efetivamente faz parte da paisagem, mas trata-se da árvore que esconde a floresta, pois a modulação penetra muito mais fundo na vida social. Senão, vejamos.

i) Modulação da utilização do tempo: um computador que opera em rede é utilizável, em poucos minutos, a qualquer hora do dia ou da noite, com todos os seus recursos, memória, programas, conexões etc. Isso dista muito da lentidão que caracteriza a partida e supervisão de um sistema automatizado em fábrica, por exemplo. Se "utilizável" significa disponível para uso quase imediato, a interrupção desse uso está igualmente à mão. O trabalho (assalariado) pode então se libertar radicalmente dos horários legais e se tornar modulável, no sentido de uma variação de sua efetividade e intensidade a qualquer momento.

ii) Modulação no espaço: a transportabilidade das ferramentas técnicas de informação e de comunicação e os progressos incessantes nas tecnologias de intercomunicação permitem, evidentemente, alargar o espaço dos locais onde se pode trabalhar: em casa, no trem, no outro extremo do mundo... O uso do espaço torna-se assim modulável.

(4) Passou a vigorar na França em 2000 a lei que estabelece limite semanal de 35 horas de trabalho em regime de modulação ou anualização: compensações variáveis de tal forma que ao fim do ano o tempo efetivamente trabalhado corresponda à média daquele limite (cf. Mello e Silva, Leonardo, "A negociação do tempo de trabalho na França". *Novos Estudos*, n° 63, 2002, pp. 145-164) [N.E.].

iii) Por fim, e sobretudo, modulação do engajamento subjetivo: é o próprio assalariado quem irá acionar sua atividade de trabalho (assalariado) e modular os momentos em que o fará. Mas isso supõe um forte compromisso de sua parte: *ele deve por si mesmo se obrigar a fazê-lo*. Não há uma hierarquia disciplinar fisicamente localizada por trás dele para lhe dizer o que fazer.

Essas evoluções tornam um tanto caducas as modalidades de controle disciplinar, embora, tecnicamente falando, seja possível acoplá-las. Com efeito, a sofisticação das aferições por computador permite suavizar sensivelmente a disciplina direta imposta ao assalariado tanto como acompanhar e registrar todos os seus atos de trabalho — mas com isso cairíamos num controle tão grosseiro (*à la* Orwell) que se mostraria de pouca credibilidade como medida generalizável e, sobretudo, pouco necessário. Em contrapartida, ganha novo alcance uma tradicional forma de controle do trabalho: por objetivos e resultados. O que é novo não é esse controle em si, mas *sua junção com as diferentes facetas da modulação*. Isso se exprime em uma coisa simples (que com frequência é das mais potentes): o assalariado deve *prestar contas regularmente* dos seus resultados, e os objetivos que lhe são atribuídos podem ser rapidamente reatualizados. O indivíduo circula "ao ar livre", mas um feixe o retém e orienta — o feixe das transmissões de informação e de comunicação, o qual é consideravelmente potencializado pelas conexões entre sistema portátil de tratamento de informação, telefonia móvel e acesso à internet⁵. Não estamos aqui no âmbito da ficção científica, mas no das evoluções já em curso e com ampla difusão, nas quais importantes somas são investidas pelas grandes operadoras de telecomunicações e da internet.

Insistamos na dimensão de "comunicação" destes dois fenômenos: manutenção de um confinamento disciplinar e controle do engajamento. Em ambos os casos o que ressalta primeiramente é a *separação* dos indivíduos assalariados, ou seja, *a estruturação da não-comunicação inter-humana*, que paradoxalmente participa da socialização dos indivíduos⁶. A relação "face a face" do assalariado com seu computador, que fisicamente tende a isolá-lo, é redobrada por uma segmentação dos espaços de acesso à informação e dos programas que cada um manipula, mediante a distribuição de "chaves de acesso" pelo administrador do sistema de informática, que as processa sob a supervisão da hierarquia⁷. O assalariado é isolado na própria estruturação da informação à qual tem acesso e que deve produzir e transmitir. As necessárias coordenação e síntese se dão em níveis de consolidação superiores, em parte por tratamentos diretos operados pelo sistema de informática (segundo o princípio dos modelos de tratamento da informação em estratos superpostos e comunicantes). Daí o freqüente erro semântico de se dizer que o assalariado "comunica" informações, quando na realidade ele as transmite. E não as transmite necessariamente a pessoas: pode fazê-lo às camadas superiores do tratamento das informações, as quais serão humanamente utilizadas a seguir.

O confinamento disciplinar modernizado pode então evoluir em direção aos princípios da sociedade de controle, mas com rearranjos significativos. Com efeito, se se reconhece como incontestável o princípio da separa-

(5) Tal como tem sido implantado nas empresas de serviços de manutenção: os técnicos dão atendimento aos clientes *in loco* e de lá mesmo prestam contas às matrizes a partir de seu computador portátil ou telefone móvel.

(6) Juntamente com Christian Palloix, tivemos a ocasião de propor uma teoria da socialização, definindo-a como o conjunto dos processos de formação de separações e pertencimentos que asseguram a fundação e a refundação permanentes da sociedade capitalista. Pessoalmente, continuo fiel a essa definição. Cf. Palloix, Christian e Zarifian, Philippe. *La société post-économique*. Paris: L'Harmattan, 1988, p. 120.

(7) Essas chaves de acesso existem em todas as empresas. Citemos, dentre inúmeros exemplos, as chaves utilizadas pelos Correios nos centros financeiros, que limitam as informações às quais os agentes de base podem ter acesso enquanto alimentam permanentemente o sistema com os dados que inserem.

ção (e do isolamento) do assalariado, este não faz mais que adentrar um sistema de informação. Mas ele se comunica realmente com os humanos, no sentido factual de uma troca intersubjetiva (em co-presença ou à distância), em virtude da modulação e do feixe que o vinculam à empresa, e é nessa comunicação que se negociam os compromissos que o assalariado assume e os resultados sobre os quais deve prestar contas. Falo deliberadamente de "negociação": de um lado, a agonia dos dispositivos disciplinares se origina, em parte, numa evolução profunda da individualidade moderna, que torna cada vez mais difíceis as imposições de ordens puras e simples; de outro, a negociação é parte intrínseca da modulação e autoriza uma renegociação permanente que, de outro modo, só se daria por iniciativa do empregador.

A redefinição das relações de emancipação

Tudo isso que acabei de analisar é claramente unilateral, já que as mesmas tecnologias, no mesmo momento, na mesma situação de trabalho e até mesmo para o mesmo assalariado, podem ser concebidas e utilizadas segundo um aspecto emancipador — mas somente ao fim da exposição chegarei ao que se pode entender por "emancipação", assim como por "dominação", para não proceder de acordo com noções sintéticas *a priori*. Assim é que reencontraremos aqui a questão do engajamento subjetivo, mas sob uma outra faceta, contraditória.

Em primeiro lugar, verificam-se mais e mais casos em que o mesmo computador ou terminal, como ferramenta de trabalho, oferece acesso às bases de informação e à fonte de constituição dos conhecimentos que tanto ampliam as possibilidades e a pertinência profissional do trabalho. Isso fica claro em situações de serviços que envolvem informações sobre os produtos ou o cliente, "pesquisas" em torno de um caso ou um pedido difícil etc. Trata-se de um ganho em liberdade que é apreciado como tal pelos assalariados (uma vez transposta a fase de aclimação a essas ferramentas) e cuja importância se acentua justamente em situações de carência: uma ferramenta de informática que funciona mal, uma base de dados temporariamente inacessível ou mal-ajustada, um acesso que é retirado, tudo isso se mostra claramente como um retrocesso da liberdade, vivido negativamente pelo assalariado.

Precisemos numa palavra a relação entre informação e conhecimentos: no sentido rigoroso do termo, as ferramentas de informática em rede fornecem tão-somente informações⁸ (dados diferenciados estruturados que trazem o novo), as quais só se convertem em conhecimento quando são inseridas em uma problematização do real⁹, ou seja, quando fornecem resposta a uma interrogação problemática acerca de um evento (como o pedido especial de um cliente).

Em segundo lugar, trata-se de notar que aquelas faculdades de modulação antes mencionadas também podem ser reinterpretadas, *vis-à-vis* à disciplina salarial (industrial) clássica, segundo um aspecto emancipador.

(8) Sobre o conceito de informação, ver Dion, Emmanuel. *Invitation à la théorie de l'information*. Paris: Seuil, 1997 (col. Points).

(9) Sobre esse ponto, ver Zarian, Philippe. *Temps et modernité*. Paris: L'Harmattan, 2001.

Elas conferem ao indivíduo um poder de auto-organização de seu tempo e de seu espaço que responde a uma expectativa crescente na organização da vida social. Além disso, constata-se, para grande desespero de algumas hierarquias, que a modulação pode ser parcialmente transgredida: atividades ditas "pessoais" vêm se inserir nos horários legais de trabalho e o uso das ferramentas de informática é "deturpado" — o equivalente moderno daquela prática dos trabalhadores industriais conhecida como "*perruque*"¹⁰.

Compreende-se que as organizações sindicais possam ser reticentes em admitir uma tal evolução. Elas pensarão que os assalariados "se auto-exploram" e que tende a desaparecer qualquer possibilidade de construção de garantias coletivas. Mas isso não muda este dado básico que é o progresso da relação de emancipação graças ao poder da modulação em suas diferentes facetas, como a da organização do tempo espacializado, a da mobilidade espacial e a da escolha dos momentos (se não das formas) do engajamento, o qual se revela então complexo: o engajamento perante a empresa torna-se um dos múltiplos engajamentos na vida social que competem ao arbítrio do indivíduo.

Essa questão não é tão marginal como se poderia imaginar, pois não concerne apenas aos quadros de pessoal. Pensemos, por exemplo, no fato de que a imensa maioria dos docentes e/ou pesquisadores (portanto um segmento populacional considerável) já "modula" amplamente suas atividades, as novas ferramentas só fazendo aumentar seu poder de fazê-lo. Pensemos igualmente no fato de que as novas gerações são particularmente sensíveis à positividade dessas modulações possíveis. Mas pensemos sobretudo naquelas mulheres que praticam, forçada ou voluntariamente, e desde longa data, a modulação.

Em terceiro lugar, pode-se constatar, sob o aspecto da comunicação, que o isolamento raramente é absoluto e que não pode ser tomado como regra geral do trabalho moderno "sob" novas tecnologias. Com efeito, verifica-se que *comunicações autênticas* em rede se desenvolvem ou tentam fazê-lo, sob o impulso dos imperativos de progressos em eficiência da organização — e que a hierarquia pode perfeitamente reconhecer como fonte essencial de produtividade — mas também sob o forte impulso dos desejos dos sujeitos assalariados. Por "comunicação autêntica" entendo uma combinação de trocas à distância, que se inscrevem no movimento de modulação mediante múltiplas vias (*e-mail*, telefone, fóruns *on-line* etc.), e trocas diretas, que supõem co-presença espaço-temporal dos parceiros da comunicação — combinação necessária para desenvolver toda a riqueza de uma comunicação, decerto repleta de ambigüidades, e estabelecer solidariedades profissionais concretas. E entendo ainda um avanço na compreensão recíproca com base na manifestação de desafios profissionais comuns.

Essa comunicação aumenta sobremaneira a potência de pensamento e de ação¹¹ dos sujeitos, até mesmo pela troca de saberes que nela se realiza. Ela de fato começa a ser praticada em um bom número de grandes empresas e é objeto de demanda explícita por parte dos assalariados, demanda cuja realização entrará no complexo jogo das relações de força. Contudo, todos

(10) Quando o trabalhador fabrica objetos para fins pessoais durante o expediente de trabalho [N.T.].

(11) Tomamos emprestado o conceito de "potência" a Spinoza (*Ethique*. Paris: Flammarion, 1965).

os fatores relativos a uma relação de emancipação supõem um forte... engajamento subjetivo. Se comunicar-se de maneira autêntica é exprimir (ao menos parcialmente) seu pensamento, suas opiniões e mesmo as convicções, é portanto engajar-se (assumindo o risco pessoal que implica o ato mesmo de expor seu pensamento).

As tensões entre relações de dominação e relações de emancipação

O que é afinal o engajamento subjetivo?

Sociologicamente falando, é uma espécie de Jano, um "ser" com duas faces: a da captação da atividade subjetiva do assalariado, sob uma forma renovada de relação de dominação, e a do sentido pessoal e coletivo dado à ação social, sob uma forma renovada de relação de emancipação. É impossível, factualmente, isolar uma face da outra. Toda análise "pura" do real está fadada a fazer água — o que, me parece, é mais que sabido por qualquer pesquisador que aplique enquetes de longa duração junto a assalariados¹².

Assim, a hipótese deleuziana da agonia das sociedades disciplinares e da expansão das sociedades de controle convida-nos a renovar nosso próprio olhar. Se as sociedades disciplinares bem comportam que pensemos e analisemos a problemática da *resistência* (embora Foucault tenha nela vislumbrado, não sem angústia, fortes limites¹³), as sociedades de controle nos levam a repensar a problemática das relações de emancipação não somente por resistência (embora o momento da resistência permaneça crucial), mas por *deslocamento de perspectiva*. É chegado então o momento de explicitar um pouco os conceitos de dominação e de emancipação.

Seguindo de perto Foucault, sabe-se com ele que o poder se exerce. E se exerce pela ação sobre a ação de um outro. Estudar uma relação de poder é sempre estudar um *exercício concreto*, em um dispositivo determinado, e segundo uma certa orientação do saber concernente a esse exercício. Mas Foucault está bem precavido, em particular ao fim de sua vida, de confundir relação de poder com relação de dominação¹⁴. Não há relação de dominação sem que o exercício recíproco do poder (sempre há reciprocidade nas relações de poder) se encontre estruturado sobre um modo de desigualdade, conferindo a uma força dominação sobre outra. Rigorosamente falando, não se trata, para Foucault, de relações "entre" indivíduos, mas de *correlações de forças*. Mais que isso, acrescenta ele, se há relações de poder por todo o campo social é porque há liberdade por toda parte. Há dominação quando as relações de poder se estabelecem de tal sorte que se tornam perpetuamente assimétricas e a margem de liberdade fica limitada.

Retomando o que foi aqui desenvolvido quanto ao rearranjo das relações de dominação capitalistas (e tão-somente elas) no âmbito da relação salarial, pode-se ver que modulação e feixe introduzem uma dominação distanciada, mas que opera com tanta força que exerce um *efeito de advertência permanente* sobre o assalariado. Não analisarei esse fenômeno em termos de

(12) Por enquete de longa duração entendemos um encadeamento de enquetes que se desenrolam por vários anos. É assim que trabalho com a France Télécom há seis anos e que trabalhei com a Danone por quatro anos. Trata-se de um tipo de pesquisa sociológica custoso em averiguações, mas muito precioso para captar e compreender movimentos diacrônicos.

(13) A angústia e as dúvidas de Foucault foram magnificamente analisadas por Frédéric Gros em *Michel Foucault — l'hérétique du sujet*. Paris: Gallimard, 2001, p. 489.

(14) Foucault, Michel. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994, t. 4, p. 720.

interiorização da dominação, nem tampouco quanto ao fato de que os assalariados são, em última análise, suficientemente lúcidos acerca do que está em jogo. Proponho, antes, falar de *um assujeitamento consentido, porque forçado* — "forçado" no sentido preciso do termo: no sentido de uma força que se exerce sobre a força do assalariado de maneira estruturalmente desigual.

Mas há a liberdade. E liberdade, em primeiro lugar, no *exercício da potência de pensar, agir e cooperar dos indivíduos-sujeitos* (que se tornam sujeitos nesse exercício). Todas as pesquisas que realizo, há seis anos, em grandes empresas de serviços me confirmam esta asserção: não somente os sujeitos demandam iniciativas, mas as exercem. O que há de novo é que a sociedade de controle, num movimento paradoxal, por deslegitimar e fluidificar a disciplina taylorista, amplia e mistura os devires em que se engajam os sujeitos: o devir não mais se limita à empresa que os emprega, combinando-se, muito mais diretamente que antes, com uma pluralidade de devires, precisamente porque os espaços (a família, a escola, a fábrica, o hospital etc.) deixam de ser fechados e, por conseguinte, os problemas que supostamente deveriam reger (ordenar) deixam de ser confinados e estreitamente delimitados.

As relações de emancipação, para além da resistência, podem ser pensadas como relações em que o indivíduo-sujeito se compromete subjetivamente, pelo exercício de sua potência, com *devires* nos quais modula e contra-efetua os eventos que depara. Mesmo onde a sociedade disciplinar parece continuar a se impor incondicionalmente, como é o caso das centrais de atendimento, pode-se antever, por exemplo, que a teleoperadora de uma companhia telefônica sabe, ao mesmo tempo, contra-efetuar o pedido difícil de um cliente (ou o pedido fácil de um cliente difícil...) — portanto engajar-se na resposta que será dada, com o risco de transgredir a pressão disciplinar que é exercida sobre o seu tempo de resposta — e modular caso a caso esse engajamento preciso, no sentido de distanciar-se dele em relação a outros valores de vida. Ela pensa, antes de tudo, em "prestar serviço" onde a hierarquia pensa prioritariamente em "rendimento". Quando em desacordo com a orientação e as práticas da empresa que a emprega, por vezes se distancia subjetivamente dela¹⁵. E é por essa dupla ação que ela transgride a dominação que sofre — que pratica *um deslocamento de perspectiva*.

Em conclusão, como pretendo ter mostrado aqui, a trilha teórica aberta por Deleuze na esteira de Foucault pode enriquecer a perspectiva da sociologia do trabalho: se a hipótese de um imbricamento "sob tensão" entre sociedade disciplinar e sociedade de controle ainda está em boa medida por ser validada, parece-me bem ter o mérito de ser explorada.

(15) Cf. Georges, Isabel. *Travail et trajectoires de femmes dans des emplois de télécommunications en France et en Allemagne*. Paris: tese de doutorado, Université Paris 8, 2000.

Recebido para publicação em 22 de julho de 2002.

Philippe Zarifian é professor de Sociologia e pesquisador da Universidade Marne-la-Vallée (França).

A REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (RBCS)

existe desde 1986 e já se consolidou como o periódico mais importante na área de ciências sociais *stricto sensu*.

Assinar a RBCS é estar em contato com os temas atuais e as pesquisas recentes realizadas na Antropologia, na Ciência Política e na Sociologia por pesquisadores do país e bons autores estrangeiros. É um espaço de encontro das inovações na reflexão e no discurso das ciências sociais em que a herança dos clássicos da teoria social é desafiada pelos problemas postos à pesquisa contemporânea.

A REVISTA BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO BIBLIO- GRÁFICA EM CIÊNCIAS SO- CIAIS (BIB)

é uma publicação semestral que já conta com 44 números que oferecem balanços criteriosos, elaborados pelos mais eminentes cientistas sociais, da bibliografia corrente sobre Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Resumos das teses defendidas, perfis de programas de pós-graduação e centros de pesquisa apresentados a cada edição transformam a BIB em ponto de partida para a investigação e para o conhecimento das instituições voltadas para as ciências sociais.

Assinatura anual da RBCS (3 edições)

Nacional: R\$ 40

Internacional: US\$ 60

Assinatura anual do BIB (2 edições)

Nacional: R\$ 25

Internacional: US\$ 50

Assinatura anual conjunta (RBCS e BIB)

Nacional: R\$ 50

Internacional: US\$ 90

Envie cheque nominal à ANPOCS:

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - Sala 116 - USP - 05508-900 - São Paulo - SP

Tel. (011) 818-4664 Fax: (011) 818-5043

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ UF: _____ Cep: _____

Data: _____ Tel.: _____